

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE JUNHO DE 2022

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois pelas vinte e uma horas e seis minutos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Roriz. Esta reunião decorreu com as seguintes presenças: João Pedro Gonçalves Freitas (PS), Ana Isabel Martins Machado Lima (PS), Dário Adérito da Costa Machado Lima (PS), Raúl da Costa e Silva (PS), Paulo Jorge Rodrigues Machado (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), Roberto Cristiano Martins Faria (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), Maria Goreti Gonçalves Martins (Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e Bruno Adalberto Coutinho Martins (CDU) e por mim, Vítor Manuel Barroso Martins (PS), que a presidi.-----

1. Período antes da ordem do dia.-----

Sr. Presidente da Assembleia, Vítor Martins:-----

Informou a assembleia ter recebido o pedido de substituição da Sra. Deputada Ricardina Bessa da coligação PPD/PSD-CDS/PP. Pelo que convocou para a assembleia o deputado Roberto Faria.-----

De seguida, deu a conhecer que a Sra. Deputada Ricardina requereu alguma documentação, nomeadamente atas, contas e movimentos associados aos trabalhos do executivo. Enquanto presidente da assembleia enviou esse pedido à Junta de Freguesia.-----

Sr. Deputado, Paulo Rodrigues:-----

A representar toda a bancada do PPD/PSD-CDS/PP, expressou um voto de louvor à União Desportiva e Social de Roriz pela subida à divisão de elite.-----

Sr. Deputado, Bruno Martins:-----

Felicitou o grupo de teatro Roderikus pela peça desenvolvida e apresentada e, mais ainda, por terem alcançado o prémio de melhor ator. Propôs um donativo de cento e cinquenta euros ao grupo de teatro.-----

Deixou um voto de louvor à União Desportiva e Social de Roriz e também ao Rancho Folclórico S. Pedro de Roriz por uma atividade do folclore.-----

Posicionou-se contra a forma como o presidente do clube desportivo direccionou um donativo requerido à junta para holofotes, deixando claro que não teria motivos pessoais contra o presidente do clube e que este fazia um bom trabalho.-----

Finalizou a sua intervenção manifestando particular tristeza pela ausência da senhora Cláudia, uma presença assídua em todas as assembleias, e pelo episódio ocorrido na assembleia anterior, dizendo que o papel desta é fundamental e que embora a deputada Ricardina tivesse

tido razão, não o expressou da melhor forma e que o fundamental é lutar para que Roriz cresça. -----

Sr. Deputado, Dário Lima: -----

Enalteceu o trabalho que a senhora Cláudia desempenha em todas as assembleias e manifestou a sua preocupação com o futuro das mesmas em virtude da sua ausência, uma vez que a sua presença era indispensável ao bom funcionamento das assembleias e auxílio nos trabalhos. -----

Acrescentou que na sua opinião, não é produtivo em assembleias questionar-se aspetos que não acrescentam ao trabalho executivo e que em nada levariam a vila de Roriz a obter melhores condições. Referiu que é fundamental não cair no esquecimento os valores fundamentais pelos quais uma assembleia se deve pautar regendo-se por um ambiente de educação, respeito, humildade e solidariedade que reflita o motivo da eleição de cada um, cimeiro no bem das pessoas e da vila. -----

Sr. Deputado, Paulo Rodrigues: -----

Intervio para deixar a nota que nunca teria sido sua intenção e da restante bancada do PPD/PSD-CDS/PP denegrir o bom trabalho da senhora Cláudia, e que este nunca terá sido colocado em causa. Acrescentou que sempre viu a senhora Cláudia como uma funcionária exemplar e que nunca foi de sua vontade causar qualquer tipo de atrito. -----

Sr. Presidente de Junta, Moisés Andrade: -----

Enalteceu e concordou com o voto de louvor prestado à União Desportiva e Social de Roriz pelo objetivo alcançado. -----

Relativamente ao donativo prestado, o senhor presidente esclareceu que foi pedido à Junta de Freguesia ajuda para custear os LEDS, tendo sido definido e deliberado o valor de mil euros para ajudar o clube. -----

Ponto 2. Período da Ordem do dia. -----

Ponto 2.1. Leitura e Aprovação da ata. -----

Após a sua leitura a ata foi aprovada por oito votos a favor. -----

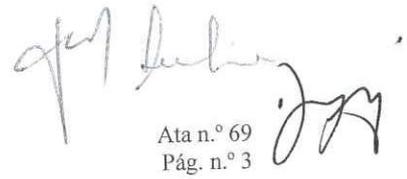
Ponto 2.2. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente acerca da atividade e situação financeira da Junta de Freguesia de Roriz. -----

Sr. Presidente da Junta, Moisés Andrade: -----

Referiu as normais limpezas do parque, do cemitério e das ruas vicinais e municipais. -----

Nomeou a Rua dos Bragas dizendo que esta estaria pronta e paga. -----

No que diz respeito à Rua da Coutada, está em andamento o projeto adiantando a precisão da sua conclusão para dois mil e vinte e três. -----



Endereçou ao conhecimento de todos os presentes que estaria previsto para dois mil e vinte e quatro a conclusão do parque de lazer. -----
Acrescentou, por fim, que estaria em estudo um projeto de uma rotunda na rua de sandim, parque de estacionamento e passeios até ao Calvário. No entanto, deixou claro que a concretização deste projeto não se traduzia numa certeza uma vez que não se tratava de uma obra elencada nos manifestos eleitorais quer da Camara Municipal quer da Junta de Freguesia. -----

O Sr. Presidente de Junta ainda neste ponto quis intervir expressando uma declaração pessoal de opinião sobre o funcionamento das assembleias anteriores, declaração essa anexada à ata. -

Ponto 2.3. Apresentação da proposta para autorização de celebração de um contrato de delegação de competências da Camara Municipal de Santo Tirso na junta de Freguesia de Roriz para a descentralização do Espaço do Múncipe. -----

Sr. Presidente de Junta, Moisés Andrade: -----

Explicou tratar-se de um contrato para que passe a existir um Espaço do Múncipe na junta de freguesia de Roriz. Referiu que, a par do Espaço do Múncipe, queria também o Espaço do Cidadão. Adiantou que a obra da criação do espaço estaria para breve e a sua conclusão prevista em dois mil e vinte e três. -----
Explicou que o seu funcionamento dependeria do pagamento de um euro e oitenta cêntimos por cada atendimento e que o encargo deste pagamento recaía na Camara Municipal. -----

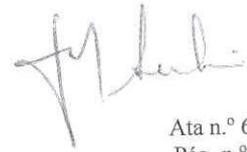
Sr. Deputado, Paulo Rodrigues: -----
Leu a declaração de voto da bancada do PPD/PSD-CDS/PP, que está aditada a esta ata.

Sr. Deputado, Bruno Martins: -----

O senhor deputado levantou várias questões nomeadamente sobre a data de início da obra, sobre quem terá a responsabilidade de pagar o ordenado à pessoa alocada ao Espaço do Múncipe e deu a sua opinião, considerando o valor de um euro e oitenta cêntimos por atendimento, um valor baixo. -----

Sr. Presidente da Junta, Moisés Andrade: -----

Respondeu aos senhores deputados esclarecendo que abrirá um concurso público para adjudicar uma pessoa ao posto. Referiu também que é atribuída uma verba de setecentos euros pelos serviços CTT. Relativamente à obra, identificou que esta será manifestamente



grande e que demorará algum tempo. -----

A proposta foi aprovada por seis votos a favor das bancadas do PS e CDU e três abstenções da bancada da coligação PPD/PSD-CDS/PP. -----

Ponto 2.4. Apreciação e aprovação da 2ª Revisão do Orçamento das Despesas e Receitas para o ano de 2022, nos termos do artigo 9.º n.º 1 alínea a) da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

Sr. Presidente da Junta, Moisés Andrade: -----

Afirmou que existiu um aumento do Fundo de Financiamento das Freguesias pelo que o total das receitas correntes compreende o valor de dez mil, oitocentos e noventa e um euros e sessenta e seis cêntimos sendo dali que decorria a revisão em análise. Disse também, que em virtude do referido aumento foi suscitada uma contribuição de propostas de investimento às bancadas da oposição mencionando que algumas das que chegaram já se encontram a vigorar. -----

Sra. Deputada, Goreti: -----

Leu a declaração de voto da bancada PPD/PSD-CDS/PP anexada à presente ata. -----

Sr. Deputado, Paulo Rodrigues: -----

Interveio esclarecendo que era desconhecido à bancada do PPD/PSD-CDS/PP a já existência de um regulamento para a atribuição dos subsídios às associações da freguesia e requereu o envio do mesmo. -----

A proposta foi aprovada por seis votos a favor das bancadas do PS e CDU e três votos contra da bancada da coligação PPD/PSD-CDS/PP. -----

Ponto 2.5. Apreciação e aprovação do Mapa de Pessoal nos termos do artigo 9.º n.º 1 alínea m) da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

Sr. Presidente da Junta, Moisés Andrade: -----

Explicou tratar-se da correção do mapa de pessoal apresentado na assembleia anterior e que a mencionada correção surgiu em virtude de um erro dos serviços administrativos da Câmara Municipal. -----

A proposta foi aprovada por seis votos a favor das bancadas do PS e CDU e três votos contra da bancada da coligação PPD/PSD-CDS/PP. -----

Ponto 3. Período da Intervenção do público. -----

Sem intervenções. -----

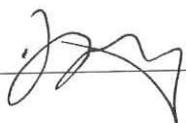
Presidente de Mesa, Vítor Martins: -----

Propôs a votação da minuta da ata que foi aprovada por unanimidade. -----

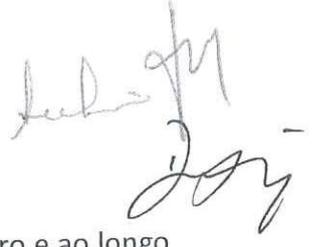
Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada a reunião pelas vinte e duas horas e dez minutos, da qual se exarou a presente ata, que depois de lida vai ser assinada por mim e pelos presentes. -----







Declaração



A todas e todos os que me acompanham neste mandato, digiro-me a vós:

Conto com 13 anos no executivo desta junta. Quatro deles como tesoureiro e ao longo dos últimos nove enquanto presidente. Têm sido anos de muita aprendizagem. Com os inevitáveis altos e baixos e as naturais discordâncias e concordâncias que fazem parte das lides políticas. No entanto, tentei sempre com vontade de melhorar e dar o melhor de mim – e continuo a tentar - elevar as minhas intervenções nas assembleias de Freguesia e nas respostas a cada pessoa da nossa vila.

Mas é sobre as assembleias que vos quero deixar uma especial palavra com esperança de que partilhem da minha reflexão e que o trabalho de todas e todos nós, que temos lugar nos órgãos da nossa junta, seja, no futuro exatamente aquilo que esperam as pessoas que nos colocaram, aqui, a representa-las. E por isso não consigo não manifestar a minha profunda tristeza e desagrado com algumas das situações que vêm acontecendo ao longo das últimas sessões.

E permitam-me que individualize uma dessas situações. A Cláudia, enquanto funcionária, aliás a única funcionária administrativa desta junta de freguesia, há 22 anos que marca presença de forma assídua nas assembleias. Reforço que esta presença é totalmente voluntária e gratuita e é feita única e exclusivamente com o intuito de servir esta assembleia em tudo o que de cariz administrativo e burocrático fosse necessário. Mais do que isso, é absolutamente verdade que a Cláudia sempre auxiliou quem dos seus serviços precisava, sem distinção de partidos ou pessoal. Notamos hoje a ausência da Cláudia. E é pela gratidão pelo seu profissionalismo que me sinto responsável em levantar este assunto e porque em momento algum serei complacente com faltas de respeito e destrato como o que vi acontecer na sessão passada.

Em Roriz não pode existir espaço para posturas elitistas. Não pode existir espaço para faltas de respeito. Nunca é demais lembrar que somos nós que servimos esta junta de freguesia e não é esta junta que nos serve a nós. É por isso um dever de cada pessoa aqui empossada dignificar a sua função, e isso implica acima de tudo respeito. Respeito perante cada pessoa aqui presente, seja membro do executivo, seja a funcionária administrativa seja um membro do público.

Não nos esqueçamos também que o objetivo da nossa eleição passa sobretudo, para nós poder, pela execução de projetos que melhoram a vida das pessoas da nossa terra e para quem aqui representa a oposição, por propostas. Mas por propostas que ajudam ao crescimento da nossa freguesia ao invés de se apresentarem tentativas com o intuito manifestamente de denegrir quem aqui anda com vontade de trabalhar pela nossa terra.

Obrigado

O Presidente



Moisés Andrade

Declaração de voto

Handwritten signatures and initials:
Justice 1/2
[Signature]
[Signature]

De acordo com as competências que a Lei estabelece, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia apresenta a sua proposta Revisão do Orçamento das Despesas e Receitas para 2022, da Junta de Freguesia de Roriz, pela qual é formal e politicamente responsável, sendo este documento um instrumento do maior relevo para a gestão da Junta de Freguesia.

Nos termos do artigo 5.º, n.º 3 do Estatuto do Direito da Oposição, os representantes da Coligação PPD/PSD – CDS/PP- Valorizar Mais” foram ouvidos aquando da elaboração do referido documento.

Hoje, incluída na ordem do dia da sessão de Assembleia de Freguesia, de 23 de junho do presente ano, designadamente no seu ponto 2.4 – “ 2.ª Revisão do Orçamento das Despesas e Receitas para o ano de 2022”, foi-nos presente a proposta final do referido documento, para apreciação e votação, cabendo a todos os elementos do Executivo ajuizar as Opções do Plano que foram tomadas e também os objetivos e ações ali incluídas, bem como a adequação, o rigor, a transparência, a equidade e a legalidade do Orçamento que suporta as referidas opções.

Assim, na sequência da análise que efetuámos ao documento, importa salientar os seguintes aspetos:

1 - Verifica-se que há um reforço da receita que resulta das transferências da Administração Central, designadamente através do Fundo Financiamento das Freguesias (FFF), do art. 38 n.º 8 da Lei 73/2013 e outras que perfaz um total de 10.891,66€.

Em resposta à solicitação de contributos ao abrigo do n.º 3, do art.º 5 do Estatuto do Direito de Oposição, Lei n.º 24/98 de 26 de maio, no âmbito da elaboração da Proposta de Alteração Modificativa n.º 2 ao Orçamento e Plano de Investimentos para o ano de 2022, veem por este meio os membros da assembleia de freguesia eleitos pela coligação PPD/PSD – CDS/PP, pronunciarem-se sobre o referido.

Posto isto, apresentamos os seguintes contributos:

- A nossa freguesia possui uma vasta diversidade de associações, que passaram e passam momentos complicados, atendendo que vivemos numa situação de pandemia, propormos que este valor seja distribuído de forma proporcional e justa por todas as associações.

- A educação é importante para o desenvolvimento que qualquer sociedade, por isso consideramos que possa ser feito um levantamento junto das nossas escolas, para compra de material educativo/pedagógico que seja necessário no decorrer do ano letivo.

- Atendendo que na nossa freguesia ainda é deficitária ao nível de arruamentos, existindo ainda ruas em terra batida, e estas vão passando de orçamento em orçamento e PPI, sem até à presente data, ser iniciado qualquer trabalho, sugerimos que o valor em causa possa ser aplicado no início de um desses arruamentos, porque consideramos que todos os habitantes da nossa freguesia independentemente da rua onde residem, tenham um acesso à sua habitação condigno.

No entanto, no documento que nos foi presente, verifica-se que a atual maioria que dirige a Freguesia não define qual o caminho que quer seguir, não apresentando de uma forma clara e satisfatória a sua visão para a nossa terra (como vê a realidade da freguesia e como pretende transformá-la), a sua missão (o que propõe fazer) e os seus objetivos (o que pretende atingir) a médio e a longo prazo.

Relativamente à proposta 2.ª Revisão do Orçamento das Despesas e Receitas para 2022, verificamos que tem um substancial aumento em relação às verbas 01.01.03.04 - “Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho”, 01.01.07 - “Pessoal em regime de tarefa ou avença”; 02.02.19.03 “Consultadoria Autárquica”.

Registamos, também, que este aumento se reflete nas despesas, o que é lamentável tanta aplicação de dinheiros públicos em despesas correntes e não em despesas de capital, a não inclusão das propostas de investimentos mais significativos para a nossa freguesia.

Mais lamentável é o fato de nos discursos de tomada de posse do Exmo. Sr. Presidente da Junta e Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, terem apelado ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal mais reforço de verbas, para a nossa freguesia, porque os valores eram a maioria aplicados em despesas correntes. Quando na realidade constatamos que quando há oportunidade este valor é não é canalizado para investimento na nossa freguesia, mas sim em despesa corrente.

Assim, com a ponderação cuidada que o documento merece e tendo em conta os superiores interesses dos nossos concidadãos e da nossa terra, efetuando o balanço entre os prós e os contras, os Membros eleitos nas listas Coligação PPD/PSD-CDS/PP – VALORIZAR MAIS, votam contra na votação do “ponto 2.4 – “2.ª Revisão do Orçamento das Despesas e Receitas para o ano de 2022”.

Roriz, 23 de junho de 2022

Os Membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP – VALORIZAR MAIS

Paulo Machado

Goreti Martins

Roberto Faria

beefice 2/2
MM
fy

Declaração de voto

Archie
JF
JF

De acordo com as competências que a Lei estabelece, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia submete à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, proposta de celebração de contrato de delegação de competências e de acordos de execução, bem como da respetiva resolução, relativo ao "Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Santo Tirso na Junta de Freguesia de Freguesia de Roriz para descentralização do Espaço do Município.

Considerando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei 75/2013, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das juntas de freguesia para a prossecução das suas atribuições;

Considerando que os contratos de delegação de competências devem, nos termos do artigo 115º, aplicável por força do disposto no art.º 122º do Anexo I da Lei 75/2013, prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas.

Considerando que na clausula terceira "Deveres da CMSTS", n.º 4 – Dar Formação inicial e continua aos atendedores;

Considerando que na clausula quarta "Obrigações da JF", n.º 3 - Disponibilizar recursos humanos adequados para desempenhar as funções atendedor, após a receção de formação e credenciação adequadas.

Considerando que na clausula sexta "Prerrogativas da JF", n.º 2 - Selecionar os trabalhadores que irão prestar atendimento, no quadro das aptidões necessárias para a execução das funções referidas no Anexo II, após formação e credenciação pelo município.

Considerando que na clausula sétima "Formação", n.º 3 - A JF é responsável pelos eventuais encargos com a deslocação dos formandos até ao local onde seja ministrada a formação e garante as condições necessárias para a componente da formação que recorra ao *e-learning*.

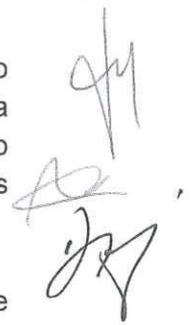
Considerando que na clausula nona "Manutenção", n.º 2 e n.º 3 - O fornecimento de consumíveis, informáticos ou outros, bem como de material de economato é assegurado pela JF, nos termos do n.º 2 da Cláusula 4.ª.

Compete igualmente à JF suportar os encargos com a segurança, a limpeza e a manutenção dos locais de instalação dos Espaços do Município, nomeadamente os relativos a eletricidade, água, gás e comunicações de dados e voz, nos termos do n.º 2 da Cláusula 4.ª.

Tudo isto por uma compensação financeira, conforme a clausula décima segunda "Compensação Financeira" n.º 1 - Por cada atendimento efetuado, a JF recebe da CMST o valor de €1,80 (um euro e oitenta cêntimos).

Posto isto, verificamos que esta delegação de competências poderá tornar-se uma mais valia para a população da nossa freguesia, mas para isso não seria nestes moldes, porque verifica-se após a leitura desta minuta de contrato que a nossa freguesia sai prejudicada, porque terá que fazer face à despesa criada por mais recursos humanos.

Audience



Para que o contrato fosse uma delegação de competências em pleno e dado que o Município é dotado de autonomia administrativa e financeira, conforme a lei, esta delegação deveria incluir os recursos humanos do município, uma vez que estes são mais habilitados para o exercício das funções relativamente às competências delegadas, além disso não acarretaria mais despesa para a Junta de Freguesia.

Consideramos que o valor atribuído por cada atendimento efetuado é significativamente baixo, o que leva a Junta de Freguesia a despende recursos financeiros próprios, que poderiam ser aplicados noutras verbas.

Resumindo, o documento designado “Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Santo Tirso na Junta de Freguesia de Freguesia de Roriz para descentralização do Espaço do Múncipe.”, é um conjunto de ideias soltas, com numerosas intenções de aumento das despesas correntes.

Assim, com a ponderação cuidada que o documento merece e tendo em conta os superiores interesses dos nossos concidadãos e da nossa terra, efetuando o balanço entre os prós e os contras, os Membros **eleitos nas listas Coligação PPD/PSD-CDS/PP – VALORIZAR MAIS, abstêm-se na votação do “ponto 2.3 – “Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Santo Tirso na Junta de Freguesia de Freguesia de Roriz para descentralização do Espaço do Múncipe”.**

Roriz, 23 de junho de 2022

Os Membros eleitos pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP – VALORIZAR MAIS

Paulo Machado
Goreti Martins
Roberto Faria